



CIBERCULTURA E MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS RURAIS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA REALIZADA PELA “MARCHA DAS MARGARIDAS” NO FACEBOOK

Everson Umada Monteiro¹

Míriam do Carmo Lima²

Stephanie Jimenes Tassoulas³

RESUMO: O artigo apresenta uma revisão sobre a luta das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras e o uso das tecnologias da informação e comunicação para a defesa e a reivindicação de seus direitos. Foi apresentado um histórico dos movimentos, desde a redemocratização até a busca pelos direitos sociais, políticos e econômicos. Em seguida, foi discutida as relações da cibercultura com os movimentos sociais a partir das perspectivas de autores como Lévy (2001), Lemos (2015) e Martins (2021). Por fim, foi apresentada as características da comunicação popular e alternativa, e, para exemplificar, foi realizado uma análise descritiva do perfil do Facebook da “Marcha das Margaridas”, no qual foi observado a articulação do movimento no ano de 2021, durante a pandemia de COVID-19. Conclui-se que o uso do perfil permitiu a realização de uma comunicação horizontal, que proporcionou um espaço de educação não convencional e que parte da vivência das mulheres do campo, baseado nos ideais de Paulo Freire para uma educação emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: *Movimento das mulheres trabalhadoras rurais. Cibercultura. Redes sociais. Comunicação popular.*

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2017). Especialista em Mídias Digitais Interativas pela Universidade do Oeste Paulista (2015). Graduado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica Dom Bosco (2014) e em Biomedicina pelo Centro Universitário de Maringá (2007). Atua como Designer Gráfico na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (cargo atual). Professor universitário no Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran). E-mail: eversonum@gmail.com

² Formada em Comunicação Social - Jornalismo. Mestranda em Cultura, Políticas Públicas e Comunicação no Departamento de Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Participou dos Grupos de Pesquisa "Meios", no Departamento de Extensão Rural da UFV, e “Interações Midiáticas, Textualidades e Processos Comunicacionais”, do Departamento de Comunicação da UFV. Atualmente, é assistente de marketing na unidade varejista da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe). E-mail: miriamcarmolima@gmail.com

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Neuropsicologia Educacional pela Universidade Positivo. Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Investiga a aprendizagem histórica de jovens estudantes. Atualmente, realiza a formação continuada de professores da educação básica pelo Brasil. E-mail: stephanie.jimenes.tassoulas@gmail.com

ABSTRACT: The article presents a review on the struggle of Brazilian rural women workers and the use of information and communication technologies for the defense and advocacy of their rights. A historical overview of the movements was presented, from the redemocratization period to the pursuit of social, political, and economic rights. Then, the relationships between cyberculture and social movements were discussed based on the perspectives of authors such as Lévy (2001), Lemos (2015), and Martins (2021). Finally, the characteristics of popular and alternative communication were presented, and to illustrate this, a descriptive analysis of the Facebook profile of the "Marcha das Margaridas" (Daisies' March) was conducted, observing the movement's articulation in the year 2021 during the COVID-19 pandemic. It is concluded that the use of the profile enabled horizontal communication, providing a space for unconventional education that is grounded in the experiences of rural women, based on Paulo Freire's ideals for emancipatory education.

KEYWORDS: *Movement of rural women workers. Cyberculture. Social networks. Popular communication.*

INTRODUÇÃO

A vida das mulheres do campo é marcada pela invisibilidade e falta de inúmeros direitos sociais, econômicos e políticos. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais, em sua extensa luta pelo reconhecimento de suas pautas e reivindicações, sempre buscou diversas formas de atuação. Diante das inúmeras injustiças vividas, como a inequidade salarial, misoginia, violência do campo, invisibilidade social, dentre outras, as trabalhadoras rurais organizaram-se em diferentes movimentos que, constantemente, lutam por seus direitos e, também, por mais representatividade no debate político nacional. Dentre as ações, destaca-se a comunicação popular feminina, embasada na democratização da comunicação sob a ótica da mulher do campo.

Na comunicação popular, a horizontalidade é fator crucial, onde todas e todos são comunicadores, com possibilidades iguais de criação e transmissão de conteúdos, o que traz a oportunidade de diferentes representações sociais coexistirem e se inter-

relacionarem. Nesta perspectiva, as trabalhadoras rurais podem assumir a autonomia da comunicação, colocando suas narrativas e realidades locais em pauta e formando um “contrapoder” frente ao poder dominante na sociedade, buscando, também no virtual, um espaço para ação, comunicação, debate, manifestação e educação.

Nesse contexto, a cibercultura surge como um papel importante para a atuação dos movimentos sociais contemporâneos. Assim, como aponta Martins (2021), os movimentos sociais utilizam-se de espaços, como as redes sociais, para compartilhar ações e, também, saberes e conhecimento. Diante disso, deve-se pensar em como essas redes digitais contribuem, atualmente, para o processo social das mulheres rurais.

Diante dessas premissas, o presente estudo busca apresentar uma breve revisão da luta das mulheres trabalhadoras rurais e do uso das tecnologias da informação e comunicação por estas para defender e reivindicar seus direitos no debate das políticas públicas. O trabalho foi dividido em três etapas, onde a primeira apresenta um breve histórico da luta das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, a partir da redemocratização da década de 1980; a segunda aborda as relações da cibercultura com os movimentos sociais, principalmente com o movimento das mulheres rurais e o uso das redes sociais; e, por fim, busca-se expor as características da comunicação popular e alternativa utilizada por este movimento nas redes sociais, utilizando, como objeto de análise, uma observação do perfil do movimento “Marcha das Margaridas”, na rede social *Facebook*, durante o ano de 2021. A Marcha é um ato realizado a cada quatro anos, desde os anos 2000, organizado por diversos movimentos femininos e feministas de trabalhadoras rurais do campo, da floresta e da água e vem ampliando a sua participação ativista no âmbito digital, principalmente devido à pandemia causada pela Covid-19.

HISTÓRICO DO MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO BRASIL

A história dos movimentos rurais no Brasil é iniciada a partir das décadas de 1950 e 1960, em um cenário onde ocorria o predomínio do exercício político masculino,

que invisibilizava as mulheres e as colocava num local de meras ajudantes do lar, e as excluía politicamente do feitiço da agricultura (PIMENTA, 2013).

Marcadamente no meio rural, a divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, este identificado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres do meio rural empregam para sua realização se tornam invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade. Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens e, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo. (AGUIAR, 2017, p. 131).

Durante a abertura democrática, na década de 1980, iniciou-se no Brasil o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, que buscavam o reconhecimento da profissão de agricultora numa perspectiva de múltiplas identidades vivenciadas, como o da trabalhadora-mãe e o da trabalhadora-esposa (CARNEIRO, 1994). Na segunda metade da década de 1980, novas reivindicações foram realizadas, privilegiando a sindicalização feminina, a documentação pessoal, os direitos previdenciários e a participação política das mulheres do campo, que, nesse momento, se organizavam em diversos movimentos independentes pelo Brasil. Em 1988, com a nova Constituição, foi reconhecida a igualdade entre homens e mulheres na família, além da igualdade de direitos perante à obtenção do título de domínio ou de concessão de uso das terras na agricultura. Tal fato trouxe a oportunidade para que mulheres rurais reivindicassem esse direito, anteriormente destinado somente aos homens. O reconhecimento também evidenciou a falta de acesso à documentação e estudos vivenciada pelas mulheres do campo (SALES, 2007).

Dessa forma, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais espalhados pelo Brasil começaram a se organizar em busca de encontrar caminhos para requisitarem os direitos que consideravam básicos. A partir de encontros promovidos pela Igreja Popular no campo, por meio da Teologia da Libertação, as mulheres do campo iniciaram uma nova vivência do sindicalismo, que deu voz às inquietações das mulheres e as colocaram no centro do debate (AGUIAR, 2016). Com o passar do tempo, o

diálogo com os movimentos feministas ocorreu, no intuito de lutar contra as formas específicas de opressão relacionadas ao gênero (CAPPELLIN, 1990).

No decorrer do final da década de 1980, a sindicalização fez com que os inúmeros movimentos de trabalhadoras rurais se unissem para buscar espaços de participação, o que possibilitou, em 1995, a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (SALES, 2007). É importante ressaltar que muitos movimentos decidiram se manter autônomos da estrutura sindical por considerarem tais como espaços fechados para as lutas específicas do movimento das mulheres (PIMENTA, 2013). Outros movimentos, ainda, foram se desvinculando do sindicalismo e da Igreja Popular e se tornaram independentes, como no caso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que surgiu a partir do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC). Esses movimentos encontram-se ativos até hoje e possuem uma agenda de atuação separada do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que é ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e, portanto, sindicalizados (AGUIAR, 2016).

Nas histórias dos movimentos das mulheres ligados ao campo, sindicalizados ou não, são percebidas práticas educacionais que conectam a práxis vivenciada na agricultura, com a teoria visando a emancipação dos indivíduos participantes numa perspectiva embasada nos ideais de Paulo Freire e desencadeando novas práticas sociais, bem como novos motivos e espaços para serem reivindicados ao longo do tempo (CINELLI, 2013).

A visão da educação como prática da liberdade, apresentada por Paulo Freire durante sua vida e na obra *Pedagogia do Oprimido* (2014), apresenta uma preocupação com uma educação que esteja associada com a realidade vivida dos educandos, partindo “da busca do entendimento profundo da realidade vivida para construir a realidade sonhada” (MADERS; BARCELOS, 2019, p. 174), combatendo a educação vista como “bancária”, na qual educandos são vistos como meros depósitos de conhecimentos. Na percepção de Freire (2016), a educação bancária está constituída por relações narradoras e dissertadoras:

Esse tipo de relação se dá entre dois personagens, a saber: o sujeito, que corresponde ao narrador; e os objetos, que correspondem aos(as) educandos(as) que, como objetos, sua condição é de meros ouvintes ou coadjuvantes. É evidente nesse tipo de relação o interesse de manter o(a) educando(a) na passividade. Seu papel é de mero espectador e sua participação se resume à aceitação, assimilação e reprodução dos conteúdos “depositados” pelo narrador/dissertador, no caso em questão o educador. O processo educativo como se resume a um ato mecânico de narrar e narrar sobre uma dada realidade apresentada pelo educador ao educando. Realidade essa que não lhe pertence ou que da mesma o educando nada, ou muito pouco, teria a dizer. (MADERS; BARCELOS, 2019, p. 174)

O combate da concepção “bancária” de educação faz parte dos ideais freireanos utilizados nos movimentos das mulheres do campo, que enxergam essas mulheres como sujeitos integrais e com direitos e que, com o movimento das trabalhadoras rurais, objetiva buscar, cada vez mais, reconhecimento e autonomia de seu grupo.

Com isso, nas diferentes atuações e comunicações com o público-alvo (mulheres trabalhadoras rurais) durante a história dos movimentos, passando por folhetins na década de 1980 e 1990 e chegando nas redes sociais na atualidade, tais movimentos buscam, em sua grande parte, tratar de temas ligados à vivência cotidiana das mulheres do campo, como a emancipação econômica feminina, o trabalho na agricultura e a constante busca pelos direitos sociais e previdenciários, além da luta contra misoginia e a violência.

A CIBERCULTURA E O MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Os movimentos sociais estabelecem processos sociais que criam identidades, transformando-se em fontes de criatividade e inovações socioculturais, conformando o pulsar da sociedade (TOURAINÉ, 2006). Para compreender tais processos, é preciso entender a importância das redes para o fluxo de informações dentro dos próprios movimentos sociais. Castells (2009) evidencia que, historicamente, as estruturas dominantes de informação se organizam ao entorno dessas redes, fazendo com que seja

construída uma nova morfologia social de redes na sociedade, na qual elas são abertas, se expandem ilimitadamente e mudam o modo como a operação e os resultados das experiências, do poder e da cultura são apresentados. Essa lógica das redes proporciona códigos de comunicação em um espaço capitalista, que visa centrar seus ideais para a inovação, para o trabalho, para a flexibilidade, para a desconstrução, para novos valores e para uma organização social do tempo e do espaço (CASTELLS, 2009). Essa organização, muitas vezes, se vê refletida por meio da atuação desses movimentos sociais, que se engajam a fim de buscar melhorias e oportunidades para os grupos marginalizados, como, por exemplo, o movimento das mulheres trabalhadoras rurais.

Boni (2013) destaca que o movimento das mulheres trabalhadoras rurais vai além das relações de gênero, pois é uma proposta e um projeto de sociedade, que enfrenta a cultura patriarcal, a opressão dos homens e, também, a luta contra o capital e a construção de um projeto de sociedade com mais igualdade. Diante dessa realidade, as tecnologias da informação e comunicação - TICs podem ser encaradas como um canal que possibilita a destruição de barreiras que isolam as trabalhadoras rurais. Lévy (2001) proporciona a compreensão da atuação da comunicação digital ao afirmar que o virtual, em nosso tempo e espaço, faz com que "desterritorializemos", o que possibilita gerar manifestações concretas em diferentes espaços, sem, necessariamente, estar preso a um local ou tempo fixo.

Neste cenário, observa-se o crescimento do uso de redes por mulheres trabalhadoras rurais para tentar reunir o movimento em prol de suas bandeiras. Paulino, Empinotti e Ventura (2020) permitem a reflexão sobre a atuação dessas mídias e suas afetações na sociedade, principalmente na construção política e na construção de ideologias. Para eles, essas ferramentas são fundamentais para a divulgação da atuação de movimentos sociais e ideológicos, como o movimento das mulheres rurais, e demonstram como essas tecnologias possibilitaram uma expansão do movimento. “As redes sociais fortalecem ‘novas vozes’ – jovens, pessoas com poucos recursos, imigrantes – e também mobilizam pautas a respeito de questões de gênero e etnias, que utilizam das Mídias Sociais como uma praça pública digital” (PAULINO; EMPINOTTI; VENTURA, 2020, p.4).

Lemos (2015) aborda a questão dos atores sociais e a cultura digital e evidencia que a sociedade atual vive em um sistema de múltiplas mediações (participativo), no qual é preciso compreender as relações entre os diversos atores para compreender os movimentos de operação. As mulheres rurais, enquanto atores sociais, utilizam dessa cultura digital, por meio das redes sociais, para compartilhar seus saberes e suas ações dentro do movimento.

Botelho-Francisco (2018) também traz o debate das redes sociais e destaca o papel das comunidades virtuais e a atuação das mídias enquanto espaços de sociabilidade, onde são compartilhadas culturas e tradições. O autor aborda como as tecnologias digitais vão muito além de meras ferramentas técnicas, que, assim como também aponta Lemos (2015), são construídas por meio de mediações e movimentos. Desse modo, não é construído apenas uma página ou perfil daquele movimento, mas sim um espaço de interação, onde diversos usuários podem se comunicar e trocar diferentes realidades.

Martins (2021) aborda as narrativas dentro dos movimentos sociais e ativistas, apontando a mobilização e as resistências em tempos de pandemia, evidenciando as narrativas dos coletivos. Segundo a autora, essas narrativas projetam demandas, indignação e esperança e, nessa linha, despontam os coletivos como espaço de resistência. Diante disso, pode-se observar como a presença das redes sociais também contribuiu grandemente para a atuação dos movimentos sociais mediante situações inesperadas, como por exemplo, no período de isolamento social ocorrido na pandemia da COVID-19.

A COMUNICAÇÃO POPULAR DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A participação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais vem, historicamente, atuando e contribuindo para o reconhecimento de seus direitos e para garantir a valorização do papel feminino no trabalho rural. Diante da necessidade de expor suas demandas, os movimentos encontraram nas TICS um espaço para expor a realidade vivida e fortalecer a mulher rural como sujeito político.

Nesse contexto, a ampliação do acesso da população às tecnologias da informação e comunicação, alavancada, principalmente, pela popularização do uso da internet em dispositivos móveis, projetaram um ambiente favorável para o processo de democratização e participação de toda a sociedade no debate público. De acordo com Moraes (2016, p. 129), “a convergência da Internet com a comunicação móvel descentraliza os fluxos informativos e intensifica intercâmbios entre pessoas, grupos e comunidades propiciando o desenrolar de novas diretrizes de análise e interpretação da realidade”. Assim, pode-se dizer que o ciberespaço trouxe a possibilidade para grupos sociais historicamente silenciados, como no caso das trabalhadoras rurais, exporem suas pautas em busca de conquista de direitos sociais.

Esta representação, realizada principalmente pelas organizações e movimentos sociais, é fundamental para que mudanças possam ocorrer, pois, como afirma Castells (2013, p. 7), “as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses”. O poder, então, passa a ser exercido por meio de coerção e/ou construção de significados no imaginário coletivo e somente com a constituição de um contrapoder, que vá de encontro ao poder dominante e traga uma nova perspectiva social, é que podemos concretizar mudanças sociais (CASTELLS, 2013). Desse modo, a atuação de grupos sociais em busca de sua representatividade do debate coletivo pode ser encarada como fundamental para uma sociedade mais democrática.

Mais que uma estratégia, as práticas comunicacionais das mulheres trabalhadoras rurais são, hoje, uma necessidade para trazer as suas perspectivas para o debate nacional. Para Castells (2013), o processo de construção de significados em uma sociedade em rede compreende um grande volume de diversidade, mas sua construção simbólica é dependente das mensagens e estruturas criadas e difundidas nas redes de comunicação. Em detrimento disso, “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 15). Sendo assim, a prática da comunicação popular ou alternativa por mulheres trabalhadoras rurais surge como uma nova possibilidade de

trazer suas perspectivas e realidades, distintas da mídia hegemônica dos conglomerados midiáticos.

Sobre comunicação popular ou alternativa, parte-se das prerrogativas de Peruzzo (2015) sobre o termo, que a define como um processo que emerge dos grupos populares, possui caráter mobilizador e tem como intuito expressar os anseios de segmentos empobrecidos da população. Conforme a autora, a prática perpassa por canais próprios de comunicação e visa suprir as necessidades de grupos sociais de reivindicar a sua participação política para o estabelecimento de justiça social (PERUZZO, 2015). Assim, pode-se dizer que a comunicação popular ou alternativa surge como uma ferramenta importante para que as múltiplas vozes presentes na sociedade tenham a possibilidade de serem escutadas. A autora também expõe a importância do uso da comunicação popular pelos movimentos sociais, no sentido de aperfeiçoar o processo de mobilização e organização de ações populares:

A comunicação popular e comunitária desenvolvida está em sintonia com as condições e necessidades dos movimentos e das próprias comunidades. Predomina a comunicação horizontal, dialógica, que incorpora outros significados, como o de ser facilitadora da coordenação de ações, bem como integrar outros canais e formas comunicativas de acordo com as necessidades e condições dos movimentos e comunidades. (PERUZZO, 2019, p. 14)

Outros autores também destacam a importância dos meios alternativos para o fortalecimento da identidade e diversidade cultural. Gumucio-Dragon (2015, p. 607) sustenta que tais meios “[...] *alteran y contestan la verticalidad de los medios hegemónicos, son parte del tercer sector de la información que garantiza la comunicación horizontal entre culturas.*”⁴. Para Léon (2013, p. 133), “[...] *el crecimiento de los medios alternativos como radios comunitarias y las posibilidades comunicativas de la Internet contribuyeron mucho para la disputa de ideas y para que*

⁴ Tradução: “[...] alteram e contestam a verticalidade dos meios hegemônicos, são parte do terceiro setor da informação que garante a comunicação horizontal entre as culturas”.

*nuestro mensaje llegara al conjunto de la sociedad*⁵. Assim, é fundamental que as práticas de comunicação popular sejam realizadas para buscar uma discussão mais simétrica e equitativa.

No intuito de compreender a comunicação popular ou alternativa de movimentos de mulheres rurais, o presente trabalho traz uma análise descritiva do perfil da Marcha das Margaridas na rede social *Facebook*, durante o ano de 2021, no intuito de apresentar suas práticas comunicacionais no âmbito digital. A escolha do movimento justifica-se por sua representatividade nas lutas por direitos das mulheres agrárias no cenário nacional e a opção pelo *Facebook* se deve por ser a rede social mais utilizada pelo movimento para expor suas narrativas.

A MARCHA DAS MARGARIDAS E SUAS AÇÕES REALIZADAS POR TICS

Oriundo de diversos movimentos femininos, associações, movimentos feministas e sindicais, a Marcha das Margaridas é uma ação coletiva que, desde 2000, ocorre a cada quatro anos e que visa dar reconhecimento e legitimidade às pautas e reivindicações de mulheres do campo e da floresta.

47

Fruto de uma articulação coordenada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Marcha envolve várias organizações, entre as quais as organizações feministas, vários movimentos de mulheres e centrais sindicais, mobilizando mulheres de vários segmentos sociais (agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba etc.). (AGUIAR, 2016, p. 280).

O nome é uma homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, que lutou e incentivou as mulheres rurais a buscarem na justiça a garantia de direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada, jornada de 8 horas diárias, férias e décimo terceiro. Por sua luta, foi assassinada em 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel

⁵ Tradução: “[...] o crescimento dos meios alternativos, como rádios comunitárias e as possibilidades comunicativas da Internet contribuíram muito para a disputa de ideias e para que nossas mensagens sejam levadas ao conjunto da sociedade”.

(AGUIAR, 2016). A Marcha ocorreu pela primeira vez em agosto de 2000 e foi uma ação que aderiu à Marcha Mundial das Mulheres⁶. Na época, o evento conseguiu reunir mais de 20 mil mulheres de todo o país na cidade de Brasília – DF. Nas edições seguintes, o número de participantes cresceu, chegando ao seu maior público em 2011, com cerca de 100 mil participantes (AGUIAR, 2016). Dentre as pautas defendidas, destacam-se o reconhecimento do trabalho da mulher na agricultura, a reforma agrária com terra para as mulheres, ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários, políticas de combate à violência de gênero no campo, críticas ao agronegócio e apoio à agroecologia e à reforma agrária (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

A articulação da Marcha das Margaridas possui forte formação política e tem como característica a utilização das manifestações públicas para realizar suas ações. Entretanto, a marcha propriamente dita é um ato que tem como intuito encerrar as atividades coletivas, que, desde 2007, realiza ações e debates em formato de seminário, mesas, feiras e mostras de arte (TOBAR ACOSTA, 2018). Com a ascensão do ambiente digital e com o isolamento social causado pela pandemia do vírus Covid-19, a presença da Marcha das Margaridas no ciberespaço tornou-se necessária para manter as suas reivindicações no debate nacional. Para isso, o movimento busca produzir conteúdos para as redes sociais *Facebook* e *Instagram*, além de publicar diversos conteúdos na página da CONTAG, que organiza e disponibiliza matérias, documentos, materiais de divulgação para impressão e a memória da marcha, e no perfil da Confederação no *Youtube*. O *Facebook* é a rede social com maior quantidade de seguidores: 18.000. Além disso, é a rede social mais ativa, onde ocorreram, em 2021, 61 publicações, uma média de 5 postagens por mês⁷.

Sobre as publicações, observa-se uma ênfase na realização de transmissões ao vivo (*lives*), onde as mulheres do movimento realizam debates sobre diversas temáticas do seu cotidiano. Durante o ano de 2021, o mês de março foi o que demonstrou maior movimentação, o que se justifica por ser o mês em que se comemora o dia internacional

⁶ A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento internacional criado em 1998, em Quebec – CA, que realiza ações locais e articulações mundiais na luta pela pauta feminista partir da realidade das mulheres, tanto locais como internacionais.

⁷ Dados verificados em 19/06/2023, às 11h. Página disponível em: <https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas>. Acesso em 19 jun. 2023.

da mulher, em 8 de março. Para celebrar a data, foi realizado, em 11 de março de 2021, um “ato político-cultural” virtual, transmitido pelo *Facebook* e pelo perfil da CONTAG no *Youtube*. Com o lema “pela vida de todas as mulheres, resistiremos”, a transmissão debateu o impacto da pandemia na vida das mulheres; anunciou o projeto de vida idealizado pelo grupo; exigiu vacina e auxílio emergencial para todos; expôs críticas ao governo do presidente Bolsonaro, principalmente pela atuação frente à pandemia, e, também, ao agronegócio; defendeu a agroecologia; dentre outras pautas. O evento reuniu apresentações musicais e vídeos com relatos de representantes femininas de movimentos rurais de todo o país. A interação foi realizada por meio dos comentários do *Facebook*.

Além deste evento, foi organizado diversas *lives*, todas com a temática baseada em datas comemorativas: em 4 de junho de 2021, foi transmitida o encontro sobre a Semana do meio ambiente, que abordou o papel do poder legislativo e dos movimentos sociais na defesa do meio ambiente contra o desmonte da política ambiental; em julho de 2021, ocorreram debates em celebração à Semana da Agricultura Familiar, organizadas por movimentos sindicais de diversas regiões do país, como as regiões sul, centro-oeste, sudeste e nordeste, além de uma transmissão de âmbito nacional; em 12 de agosto, ocorreu a roda de conversa “Margarida Alves Presente!”, em dedicação ao Dia Internacional e Nacional da Juventude, ao Dia da Morte de Margarida Alves e ao Dia Nacional de Luta contra a violência no campo e pela Reforma Agrária; em 30 de setembro de 2021, ocorreu a *live* de celebração do centenário do patrono da educação brasileira Paulo Freire; em 6 de outubro, ocorreu o Seminário de Meio Ambiente na Amazônia Legal; e em 15 de outubro, foi realizado um *webinar* intitulado “Mulheres Rurais, pelo bem viver”.

Outra forma de mobilização virtual foi a realização de reunião virtual da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) e de organizações parceiras, para a construção da Marcha das Margaridas 2023. Ocorrida em 20 de outubro de 2021, a reunião teve como objetivo “fazer uma análise da conjuntura política e das estratégias de enfrentamento necessárias para fortalecer a luta das mulheres; potencializar alianças entre os movimentos feministas, de mulheres e sindicais para

fortalecer a luta de resistência; e debater e dar encaminhamento às estratégias de realização da 7ª Marcha das Margaridas” (TOZZI, 2021). A reunião não foi transmitida para o público, mas foi informada por postagem nas redes sociais e, também, em matéria na página da CONTAG. Diante do cenário de isolamento social ocorrido no ano de 2021, as redes sociais da Marcha das Mulheres tornaram-se fator fundamental para que a luta das mulheres trabalhadoras rurais permanecesse ativa e engajada.

Por isso, como podemos observar na trajetória histórica do movimento, é possível perceber a utilização de elementos da vida cotidiana dessas mulheres nas publicações realizadas, relacionando a práxis e a teoria com o objetivo de criar uma comunicação e um espaço de educação não convencional, que parte das vivências e carências das mulheres trabalhadoras rurais. Pode-se, então, ser constatado que a prática freireana, de emancipação dos indivíduos, utilizada desde a década de 1980, continua a existir por meio das redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica vivenciada pelos inúmeros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais que surgiram a partir da redemocratização no Brasil na década de 1980, evidencia uma constante busca pelos direitos sociais, políticos e econômicos, que durante muito tempo foram destinados somente a indivíduos do sexo masculino. Ao se unirem, as mulheres trabalhadoras rurais puderam afirmar as suas múltiplas identidades, reivindicando seus espaços no campo e fora dele, por meio de ações, como marchas, atuações políticas e na atualidade, manifestações em redes sociais.

Com isso, é possível pensar em como as redes sociais têm construído positivamente um espaço para a expansão dos movimentos sociais, principalmente do movimento das mulheres trabalhadoras rurais. A cibercultura e suas novas tendências estão proporcionando a esses movimentos novas formas de se relacionar e de se construir enquanto união de indivíduos. Caberá então, a partir de novos estudos, continuar acompanhando essas novas mudanças que permeiam a comunicação e os movimentos sociais, a fim de entender como novas mídias poderão ser capazes de garantir mais equidade a essas populações.

Como observado no exemplo da Marcha das Margaridas, as redes sociais tornaram-se uma importante ferramenta para que o movimento de mulheres trabalhadoras rurais mantivesse suas pautas em evidência e, também, possibilitasse sua articulação mesmo em um cenário de isolamento social. As *lives* transmitidas no perfil do *Facebook* e no canal da CONTAG no *Youtube* proporcionaram diversas discussões acerca das realidades vividas e impediram que o diálogo entre as integrantes do movimento fosse cessado, além de engajar o público perante as diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais em tempos de pandemia.

Todavia, é importante citar o controle e o poder que as grandes empresas de tecnologia de informação e comunicação possuem sobre os conteúdos e sua visibilidade nas redes sociais. Com a obscuridade tanto das práticas das empresas quanto do *modus operandi* de seus algoritmos, que mudam sua lógica conforme os propósitos mercadológicos de seus acionistas e empresários, as redes tornam-se um espaço restrito à tais interesses, o que dificulta a realização de um debate claro sobre o alcance das ações dos movimentos nas redes sociais e, conseqüentemente, pode prejudicar seu engajamento, mesmo para os seguidores da página.

Além disso, é necessária a reflexão sobre a desigualdade e os processos conflituosos que ainda permeiam a cibercultura. Será que de fato a sociedade em rede promove um acesso com equidade para todas as camadas da população? Novo-Corti, Varela-Candamio e García-Álvarez (2014) possibilitam o entendimento de que as desigualdades para o movimento das mulheres rurais são múltiplas, sendo as disparidades rurais, de gênero e de acesso às TICs os fatores mais determinantes. Por isso, para democratizar o acesso à comunicação, é necessário cada vez mais observá-las e combatê-las.

Por fim, pode-se afirmar que a comunicação popular realizada pela Marcha das Margaridas nas redes sociais possibilitou que o movimento mantivesse uma comunicação horizontal, onde diversas representantes femininas do segmento rural, de todo o país, pudessem expor suas realidades e debater as demandas em comum, além de funcionar como um contrapoder frente à perspectiva hegemônica dominante, fator fundamental para mudanças sociais. Foi possível, também, continuar o trabalho

educacional do movimento das trabalhadoras rurais, com a utilização de debates que fazem parte do cotidiano vivenciado pelas mulheres participantes e possibilitando trocas entre elas, além de uma possibilidade de uma educação emancipatória, embasada nos ideais de Paulo Freire (2014, 2016).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em 04 jan. 2022.

AGUIAR, Vilênia. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. **Revista Raízes**. V. 37, n.2, 2017.

BONI, V. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**. N. 34/35, 2013.

BOTELHO-FRANCISCO, R. E. Netnografias da comunicação em rede: por uma antropologia do comportamento digital. *In*: AZEVEDO JUNIOR., A. de C.; TEIXEIRA FILHO, C.; CAMARGO, H. W. de; CRESTO, L. J. (Org.). **Reflexões sobre mídia e consumo**. Curitiba: Syntagma Editores, 2018. p. 137-149.

CAPPELLIN, P. G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. *In*: SILVA, E. M. et al. **Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo**. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1990. p. 17-20.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/21/23>. Acesso em 10 jan. 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede - Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CINELLI, C. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Revista Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 37-49, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GUMUCIO-DRAGON, A. Comunicación, desarrollo y cambio social. In: BOLAÑO, C.; DRUETTA, D. C.; CIMADEVILLA, G. (Orgs.). **La contribución de América Latina al campo de la Comunicación**: historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

LEMOS, A. A crítica da crítica essencialista da cibercultura. **MATRIZES**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 29-51, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p29-51>. Acesso em 02 abr 2023.

LÉON, O. **Democratizar la palabra**: movimientos convergentes en comunicación. Quito, Ecuador: Agencia Latinoamericana de Información, 2013.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

MADERS, S.; BARCELOS, V. Pedagogia do oprimido—um legado generoso e esperançoso. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 1, p. 168-183, 2019.

MARTINS, E. Ativismo e resistência em tempos de pandemia: as narrativas de coletivos jornalísticos sobre a Amazônia brasileira. In: SARDINHA, Antonio (Org.) **Cultura, Comunicação y Decolonialidad**: agendas y escenarios de investigación en América Latina y el Caribe. Macapá: Editora Unifap, 2021.

MORAES, D. de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2016.

NOVO-CORTI, I.; VARELA-CANDAMIO, L.; GÁRCIA-ÁLVAREZ, M. T. **Breaking the walls of social exclusion of women rural by means of ICTs**: The case of ‘digital divides’ in Galician. Elsevier, 2014.

PAULINO, R.C.R.; EMPINOTTI, M. L.; VENTURA, M. Antagonismo e engajamento revelados nas Mídias Sociais: análise das hashtags #Somos70porcento e #FechadoComBolsonaraoAte2016. In: **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo** (SBPJor2020), 2020. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2020/paper/viewFile/2725/1383>. Acesso em 02 abr 2023.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular, comunitária e cidadania: eixos de investigação e fundamentos teóricos. In: BOLAÑO, César; DRUETTA, Delia Covi; CIMADEVILLA, Gustavo (Orgs.). **La contribución de América Latina al campo de la Comunicación**: historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular em movimentos sociais rurais: o adeus ao modelo 'difusão de inovações'. In: **42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - GT Comunicação para a Cidadania, 2019, Belém-PA. 41º Congresso

Brasileiro de Ciências da Comunicação / Intercom 2019. São Paulo: Intercom, 2019. v. 1. p. 1-16.

PIMENTA, S. D. C. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. **Caderno de Trabalho**, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837_ARQUIVO_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf. Acesso em 02 abr 2023.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 abr 2023.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

TOBAR ACOSTA, M. P. **Construções discursivas de reexistência**: um estudo em análise de discurso crítica sobre marchas de mulheres no Brasil. Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2018.

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.17-28, jan/abr 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/3QY76c7QYKM6NjnjXV5y7Wk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar 2023.

TOZZI, V. Comissão Nacional de Mulheres e organizações parceiras realizam primeira reunião para a construção da Marcha das Margaridas 2023. **CONTAG**, 2021. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/comissao-nacional-de-mulheres-e-organizacoes-parceiras-realizam-primeira-reuniao-para-a-construcao-da-marcha-das-margaridas-2023-20211021>. Acesso em 06 mar 2023.